

*La rubrique "Traverses et Controverses" que nous inaugurons avec ce volume abritera des débats provoqués par des articles publiés dans des numéros précédents de Lusotopie.*

*Nous commençons par un texte d'Elísio S. Macamo, universitaire mozambicain résidant en Allemagne, qui conteste nombre des analyses développées par Michel Cahen dans son article "Mozambique, Histoire géopolitique d'un pays sans nation", Lusotopie 1994, pp. 213-266. Ce dernier lui répond et E. Macamo conclut brièvement.*

## **A NAÇÃO MOÇAMBICANA COMO COMUNIDADE DE DESTINO**

Diz-se que durante a Primeira Guerra mundial o exército italiano eliminou mais italianos do que inimigos. Muitos camponeses recusaram-se a se alistar ao exército italiano por não se considerarem italianos. A execução é o preço que pagaram pela sua falta de consciência nacional, o mesmo mal que serve de critério de existência duma nação a Michel Cahen. Um siciliano foi até ao ponto de indagar porque devia lutar pelo rei Vittore se este não era seu familiar.

*Nação, nacionalismo e Estado-nação* são, indubitavelmente, conceitos bastante complexos nas ciências sociais. A sua abordagem costuma ser acompanhada de controvérsias, muitas das vezes não só devido à sua complexidade, mas também ao facto de as ciências ditas humanas se prestarem a uma certa ausência de rigor formal, bem como a sua susceptibilidade a conflitos de ordem ideológica. Nestas circunstâncias, o diálogo não é sempre fácil.

No seu trabalho publicado no primeiro número da revista *Lusotopie* sobre o conceito de nação aplicado ao caso de Moçambique, Michel Cahen <sup>(1)</sup> prestou um enorme serviço à ciência, mesmo se, no que se seguir,

---

(1) Michel CAHEN, "Mozambique, Histoire géopolitique d'un pays sans nation", *Lusotopie*, Paris, L'Harmattan, 1-2, 1994, pp. 212-266.

for tecer considerações que põem em causa as suas conclusões. Michel Cahen, aliás, não é estranho à controvérsia, creio mesmo que ele a cultiva, algo sobejamente demonstrado no seu arrojado e imaginativo livro sobre a revolução moçambicana que não foi <sup>(2)</sup>. Neste seu trabalho mais recente, em causa neste meu comentário, Cahen levanta questões de fundo não só para Moçambique, como também para a África de um modo geral, pois está em causa a própria auto-definição dos africanos, e, de uma certa maneira, também, toda uma historiografia que hoje orienta o discernimento da realidade africana.

Ele não é o primeiro a meter em causa a nossa auto-percepção. De alguns tempos para cá, o tema tem vindo a ocupar algumas das melhores cabeças africanas. A título de exemplo, refiram-se os trabalhos do zairota Valentin Mudimbe <sup>(3)</sup> e do ganês Kwame Anthony Appiah <sup>(4)</sup>. O primeiro distancia-se do próprio conceito de África, preferindo considerar aquilo que é chamado de realidade africana como uma invenção do Ocidente. O mesmo tema é subjacente à reflexão de Appiah que, por sua vez, questiona a centralidade do conceito de raça, evidente, por exemplo, nos movimentos da *négritude* e do *pan-africanismo*, na definição da africanidade.

Com a sua postura crítica em relação à aplicabilidade do conceito de nação aos países africanos, Michel Cahen junta-se a este movimento crítico, e por isso mesmo, se por mais não fosse, merece uma leitura atenta. Este comentário propõe-se exactamente isso. Em particular, gostaria de reler criticamente aquilo que julgo, salvo erro, ser o principal ponto do seu trabalho, nomeadamente se estão reunidas as condições necessárias para se falar de nação moçambicana. Em jeito característico, Cahen coloca a questão da seguinte maneira : Moçambique existe <sup>(5)</sup> ?

Sim, mas antes de me debruçar sobre essa questão gostaria de lamentar não poder incluir nesta discussão uma consideração dos pontos que ele levanta em relação ao mapa étnico de Moçambique, muito embora ache se tratar duma abordagem deveras pertinente. Careço simplesmente de instrumentos teóricos comparáveis aos dele. O bom senso, todavia, impõe uma pequena objecção. Contrariamente à teoria da conspiração, com a qual ele procura explicar o negligenciamento desta área por parte das autoridades moçambicanas, quer-me parecer serem mais pertinentes razões de ordem técnica.

É certo que a Frelimo (Frente de libertação de Moçambique), no seu fervor unificador, tenha assumido uma atitude facilmente comparável a uma *negação étnica*, como diz Cahen, mas em abono dela, onde iria ela inventar quadros para tratarem desse assunto, num país onde as prioridades eram ditadas pela necessidade de garantir o abastecimento da população? O primeiro dotourado moçambicano em linguística bantu apareceu nos princípios da década de oitenta na pessoa de José Matias Kathupa, actual ministro da Cultura, e não consta que o seu trabalho de investigação do património linguístico nacional tenha sido obstruído por razões de ordem ideológica. Na realidade, a criação do Nelimo (Núcleo de estudo das línguas moçambicanas), sediado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) atesta o contrário do que escreve Cahen.

<sup>(2)</sup> Michel CAHEN, *Mozambique, La révolution implosée*, Paris, L'Harmattan, 1987.

<sup>(3)</sup> V. Y. MUDIMBE, *The Invention of Africa – Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*, Londres, James Currey, 1988.

<sup>(4)</sup> K. A. APPIAH, *In My Father's House – Africa in the Philosophy of Culture*, Londres, Methuen, 1992.

<sup>(5)</sup> Michel CAHEN, "Mozambique, Histoire géopolitique... ", *op. cit.*, p. 214.

Mesmo no que diz respeito às manifestações culturais como a dança, o canto, etc., a política da Frelimo pautou-se por um encorajamento apenas limitado pelos meios. Os festivais nacionais de canto e dança, novamente, constituem prova, já para não falar do *boom* que se verificou nos anos imediatamente a seguir à independência, na valorização da cultura nacional<sup>(6)</sup>. Cahen pode indicar, por exemplo, a ditosa coincidência entre a falta de meios e a suposta política de negação étnica. Porém, isso é especulação. É possível que a Frelimo se tenha comprazido dessa coincidência. É possível, mas a evidência aponta para uma ausência de conspiração, o que naturalmente não impede que se levante a questão do lugar que a Frelimo reservou, na sua política cultural, às etnias numa base individual. Tudo indica que as manifestações culturais tenham sido consideradas apenas em termos da sua contribuição para o enriquecimento do conceito nacionalista predominante. Esta opção pode e deve ser questionada.

### NAÇÕES E NAÇÕES

Retornando à nação inexistente, que aliás em minha opinião está bem viva, como justifica Cahen a sua hipótese? Ela tem dois suportes. Em primeiro lugar, a própria natureza do conceito Moçambique, que, no dizer correcto de Cahen, é uma criação portuguesa, ou melhor ainda, de interesses económicos diversos desenvolvidos sob a capa das ambições imperiais portuguesas. Como afirma Cahen, a dado passo da sua dissertação, a própria criação duma economia constitui a criação de Moçambique<sup>(7)</sup>, processo que iria culminar na década de cinquenta com a ocupação administrativa prosseguida pelo Estado Novo<sup>(8)</sup>. Portanto, o país criado não se baseia nas diversas etnias existentes, que de resto não têm consciência de constituírem uma comunidade.

Em segundo lugar, Cahen deconstrói o discurso do movimento "nacionalista" apontando para as contradições evidentes entre, por um lado, os seus protestos nacionalistas e, por outro, o facto de a colonização ter criado essa suposta nação. A crítica é feita em função da origem social do movimento nacionalista, cujos membros, ao contrário do resto da população, são o produto mais concreto da colonização, *crioulos*, portanto, alienados e discontentes, decididos a impôr à sociedade a sua própria visão da condição do país, ela também ditada pelas suas circunstâncias. Estas considerações explicam também o fracasso do projecto nacionalista da Frelimo.

A reconstrução histórica proposta por Cahen é digna de louvor, principalmente pela frescura e criatividade da sua abordagem, que contrasta vivamente com a esterilidade da historiografia da Frelimo, baseada, como se sabe, na já abusada oposição entre uma suposta linha revolucionária e outra reaccionária. Como paradigma, esta última abordagem tem cada vez menos aderentes e não tarda que desapareça completamente. Seja qual for que vier a ocupar o seu lugar, e a de Cahen é em minha opinião séria candidata, deve utilizar conceitos mais objectivos e claros.

(6) Amante do futebol que sempre fui, as actividades culturais que em todos os bairros se realizavam aos domingos à tarde colocaram-me um dilema que nunca consegui resolver com satisfação.

(7) *Op. cit.*, p. 218.

(8) *Op. cit.*, p. 220.

Utiliza Cahen conceitos objectivos e claros? Não creio. Tome-se nação como exemplo, conceito aliás central a toda a sua análise. No seu trabalho, falta uma definição objectiva e clara do conceito de nação que serve de base à sua argumentação. Por definição objectiva e clara entendo uma operacionalização deste conceito em termos de indicadores através dos quais seja possível identificar sem ambiguidade a realidade descrita.

Ora, Cahen aborda a problemática duma nação moçambicana referindo-se, aqui e ali, a indicadores vagos como, por exemplo, *consciência nacional* por parte da larga maioria da população, ou nação como o *culminar dum longo processo histórico de justificação das fronteiras coloniais*. O meu comentário começa logo com alguns pontos anedóticos sobre a Itália, nomeadamente se lhe devemos recusar o estatuto de nação só porque uma maioria significativa da sua população não partilhava da mesma consciência nacional? Consta que mesmo na França, onde o conceito de nação é reclamado já há mais tempo, de facto séculos, por alturas da Primeira Guerra mundial, a consciência nacional só se manifestou nos princípios e diluiu-se com o protraimento do conflito<sup>(9)</sup>. A prova é a literatura anti-patriótica que floresceu nos últimos anos da guerra, em particular *Le Feu* de Henri Barbusse, *Civilisation e Vie des martyrs* de Georges Duhamel, e *Les Croix de bois* de Roland Dorgelès<sup>(10)</sup>. De resto, há fortes indicações de que o patriotismo registado tenha muito a ver com a expectativa popular de a guerra poder trazer consigo transformações sociais reclamadas por vários sectores populacionais<sup>(11)</sup>.

O que põe imediatamente em causa o segundo critério utilizado por Cahen, nomeadamente o processo histórico como legitimador duma nação. O critério em si não me parece controverso. A sua implicação, porém, parece-me mais controversa. Cahen argumenta, com efeito, que há nações reais, e outras que não o são. Uma vez culminado o processo histórico, passa a existir uma nação. Assim, a França, a Itália, a Alemanha, etc., seriam nações precisamente segundo este critério.

A tautologia nesta linha de argumentação é evidente. *Só é nação aquilo que já é nação*. Ora, Ernest Renan, conterrâneo de Cahen, afirmou já no século passado que o conceito francês de nação é idêntico a um plebiscito: "un plébiscite de tous les jours"<sup>(12)</sup>, o que destrói a noção da naturalidade do conceito de nação. Como diria Benedict Anderson, nações são *comunidades imaginadas*<sup>(13)</sup>, o que implica um processo permanente de construção ou, por outra, um plebiscito permanente. A estabilidade do conceito nacional na Europa deve muito ao sucesso económico das últimas décadas, que permitiu aos aparelhos estatais criar as condições necessárias à satisfação de quase todas as necessidades básicas dum grande número da população.

(9) D.-J. HARVEY, "Challenges to Nationalism in Twentieth Century France", in M. PALUMBO & W.O. SHANAHAN, *Nationalism: Essays in Honour of Louis L. Snyder*, Westport, Greenwood Press, 1981, p. 179.

(10) *Ibid.*, p. 179.

(11) Harvey indica, por exemplo, que precisamente as populações campestres, ressentindo a predominância do centro localizado na zona de l'île de France, ansiava por melhores ligações rodoviárias, melhor provimento em termos de cuidados de saúde, educação, etc.

(12) Citado por E. J. HOBSBAWM, *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 88.

(13) B. ANDERSON, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1983.

Sem querer reduzir demasiadamente o conceito nacional ao nível económico, notaria, porém, a confluência dos seus destinos. Na Europa contemporânea, os maiores conflitos nacionalistas registam-se precisamente onde a satisfação das necessidades básicas está menos assegurada. A Jugoslávia constitui exemplo típico. Mas mesmo na Europa ocidental, os movimentos separatistas, regionalistas e autonomistas – em número vasto na França – cristalizam as suas exigências em torno de preocupações económicas, o que levou o sociólogo americano Hechter a inventar o conceito de colonialismo interno<sup>(14)</sup> para definir a sua condição, uma transposição do paradigma de Immanuel Wallerstein à situação europeia.

O sucesso ou não do aparelho estatal na criação dum quadro institucional dentro do qual os cidadãos possam resolver os seus problemas individuais determina também o sucesso de qualquer projecto nacionalista. Não é por acaso que, hoje, a melhor definição de nação seja aquela que alia este último ao conceito de Estado: Estado-nação. Étienne Balibar escreve que o Estado moderno teve de *produzir o povo* através dum tratamento institucional das clivagens sociais<sup>(15)</sup>. Mais adiante afirma ele que,

*produire le peuple veut dire constituer, comme pratique institutionnelle et comme représentation ou conscience, l'homo nationalis moderne, c'est-à-dire une forme d'identité individuelle, dans laquelle la communauté de référence ou communauté "ultime" est l'État, et non pas la parenté, la classe ou la confession religieuse...* (16)

Aqui vem logo à mente a proclamação de Massimo d'Azeglio, na primeira sessão do Parlamento duma Itália recentemente unificada em 1860: "Acabamos de criar a Itália, *cabe-nos agora criar italianos*"<sup>(17)</sup>. Da mesma maneira, a proclamação da independência de Moçambique em 1975 e, simultaneamente, duma nação moçambicana não carecia da pré-existência duma nação. A vontade de criar uma satisfaz, em minha opinião, e segundo a linha em que venho argumentando, todas as condições. Se, como diz Fidel Castro, o único necessário para que haja um chefe é que haja vaga, o único necessário para que se proclame uma nação é a ausência dessa proclamação.

Eduardo Mondlane tinha consciência da precariedade da noção nacionalista. Ele próprio reconheceu que a colonização portuguesa tinha criado o quadro dentro do qual o sentimento nacionalista se poderia desenvolver<sup>(18)</sup>. A Frelimo entendeu-se como coaliscente desse sentimento, como instrumento de projecção dessa comunidade imaginada que é hoje

(14) M. HECHTER, *Internal Colonialism: The Celtic Fringe in British National Development, 1536-1966*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1975.

(15) É. BALIBAR, "Le problème de la forme politique bourgeoise (nation, cité, empire)", *Procès, Cahiers d'analyse politique et juridique*, Paris, 19, 1990, pp. 9-20, ("Nation, Nationalité, Nationalisme"), p. 13.

(16) *Ibid.*, p. 13 (ênfase no original).

(17) Citado in E. J. HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 44 (ênfase minha).

(18) E. MONDLANE, *The Struggle for Mozambique*, Londres, Zed Books, 1983. Ele escreve:

Like all African nationalisms, the Mozambican form was born out of the experience of European colonialism. The source of national unity is the common suffering during the last fifty years spent under effective Portuguese rule. The nationalist assertion did not rise out of a stable community, in history, a linguistic, territorial, economic and cultural unity. In Mozambique, it was colonial domination which produced the territorial community and created the basis for a psychological coherence, founded on the experience of discrimination, exploitation, forced labour, and other such aspects of colonial rule, p. 101 (ênfase minha).

Moçambique. Que esta imaginação tenha sido esticada através dos séculos não põe em causa a seriedade do projecto. De resto, não foi Renan que escreveu que o esquecimento, o erro histórico constituem factor essencial da formação duma nação, acrescentando –no que de certeza agraderá Cahen – que por essa razão mesmo a análise histórica constitui um perigo para o nacionalismo <sup>(19)</sup> ?

Portanto, o que muda a problemática toda não é, como afirma Cahen, o facto de à altura da chegada dos portugueses não ter havido consciência nacional no território africano por eles ocupado <sup>(20)</sup>, mas sim a percepção do sentimento nacional como uma construção voluntarista sujeita a vários factores, sendo o sucesso económico e a coerência entre o Estado e a nação alguns dos mais importantes. Mia Couto, um dos melhores escritores moçambicanos, passe Alfredo Margarido, afirmou uma vez em conversa comigo que *a moçambicanidade não é uma essência, mas sim um processo*.

### DA POBREZA INTELECTUAL DA CRÍTICA DO FRACASSO DA FRELIMO

Com base nestes argumentos, creio ser fácil depreender que a interrogação que orienta o trabalho de Michel Cahen carece de rigor intelectual é, por isso mesmo, infundada e irrelevante. É claro, no decurso do seu trabalho ele coloca questões de relevo, como sejam a opção ideológica que orientou o projecto nacionalista da Frelimo. Aqui reside o desafio intelectual. É o nosso objectivo, ao nos debruçarmos sobre esta problemática, não é de provar conceitos *a priori* sobre a existência ou não de nações, mas sim de explicar as convulsões internas duma nação. Convulsões que desestabilizam a nação.

Não obstante, e dado que o próprio Michel Cahen parece ter consciência da irrelevância da sua interrogação <sup>(21)</sup>, coloca-se o problema de saber o que governou a orientação do seu discurso nesse sentido. Sensacionalismo? A pergunta impõe-se, sobretudo porque está por demais provado que o choque garante audiência. Não escrevem as pessoas, em anúncios classificados, em letras grossas "sexo" e em baixo, "agora que tenho a sua atenção, precisa duma bicicleta"? E se esta tiver sido a intenção de Cahen, para que é que quer ele a nossa atenção? O que é que o preocupa?

A reflexão de Cahen sobre Moçambique encontra enquadramento na preocupação actual de muitos intelectuais em explicar o fracasso quase total da Frelimo. A preocupação ganha contornos mais largos quando se toma em consideração o facto de o Moçambique da Frelimo ter suscitado grandes esperanças nos meios liberais europeus, não só pelo arrojo e fervor

<sup>(19)</sup> Citado in HOBSBAWM, *op. cit.*, pp. 7-8. Bernard Guenée formula o problema doutra maneira, nomeadamente que são os historiadores que constróem nações! In Walther, R. SCHLACHTHAUS, "Melodien und Kannibalen – Parolen "Nation" und "Nationale Selbstbestimmung", in KOMLOSY *et al.*, *Krisenherd Europa – Nationalismus, Regionalismus, Krieg*, Göttingen, Verlag die Werkstatt, 1994, p. 13.

<sup>(20)</sup> *Op. cit.*, p. 222.

<sup>(21)</sup> Por exemplo, logo na abertura do seu trabalho quando escreve: "La question mérite d'être posée à l'échelle du siècle, non point pour nier l'existence – réelle – de la *mozambicanité*, sentiment national dans une petite fraction de la population et sentiment plus diffus de *citoyenneté* (habitude de vivre dans la même République) dans une partie plus importante des peuples de ce pays", *op. cit.*, p. 213 (ênfase no original). Por mais esforço que faça não consigo ver o valor analítico desta distinção. O problema permanece o mesmo de saber como medir o grau de *moçambicanidade* e de *cidadania* sentido por cada indivíduo.

revolucionário da Frelimo, mas também pelas próprias potencialidades evidenciadas pelo país. Ninguém, à excepção dos que a partida estavam contra a Frelimo, teria previsto, em 1975, que o sonho de progresso e prosperidade, volvida uma década, se tornaria num pesadelo de guerra e privações. Esta, porém, é que é a realidade, e de há uns tempos para cá têm-se multiplicado os esforços no sentido de descobrir o que terá corrido mal.

Este não é o lugar para eu tratar desse assunto, contudo, creio ter sido este o pensamento que orientou a dissertação de Cahen sobre a génese de Moçambique. Noutros termos, *Cahen procurou explicar o fracasso da Frelimo com base na negação do seu nacionalismo*. Portanto, não está em causa a existência ou não duma nação moçambicana, mas sim *quem a imagina*. As elites crioulas do país, em particular as do Sul, inseguras da sua condição, por um lado desprezadas pelas autoridades coloniais, por outro desenraizadas, são responsáveis pela construção social da realidade moçambicana, pela imposição dum modelo estranho à maioria da população que, como se sabe, mantém a etnia como base de referência identitária.

Com um único golpe teórico explicam-se os complexos problemas enfrentados por uma jovem nação. As suas opções económicas, políticas e sociais reduzem-se pura e simplesmente a uma única variável: a extracção social do movimento nacionalista. Trata-se aqui do problema da pobreza da crítica intelectual do fracasso da Frelimo<sup>(22)</sup>.

A necessidade de novas linhas de inquérito na historiografia moçambicana é mais do que evidente. Por essa razão, as minhas reservas quanto à utilidade analítica da abordagem de Cahen devem ser vistas como uma tentativa de a enriquecer. E como sociólogo, ou pelo menos aspirante a sociólogo, interessam-me os conceitos, o estatuto conceptual dos termos de análise. As considerações que teçi em volta do estatuto conceptual de nação na pluma de Cahen sugerem uma certa circularidade na sua argumentação. O mesmo problema parece ser evidente no tocante ao que ele escreve sobre as "elites crioulas" de Moçambique.

Reprovar o projecto nacionalista da Frelimo com base no facto de este ser estranho ao povo – aos indígenas – afigura-se-me supérfluo, pois em nenhum ponto do mundo os camponeses, ou as populações rurais, ou mesmo a população iniciou um movimento nacionalista. Foram sempre as elites, não importa sob que capa, que inventaram as nações e, no processo, respondendo a preocupações pontuais das massas, envolveram o resto da população. O conceito dominante de nacionalidade na França até pelo menos à Revolução limitava-se explicitamente às classes superiores<sup>(23)</sup>. O povo comum permaneceu aquilo que sempre foi, nomeadamente

(22) O que me levou a esta conclusão foi a crítica que fiz ao livro editado pelo alemão Peter MEYNS, *Demokratie und Strukturreformen im Portugiesischsprachigen Afrika – Die Suche nach einem Neuanfang*, Friburgo, Arnold Bergstraesser Institut, 1992. A minha crítica apareceu no n.º 29 da revista alemã de solidariedade para com Moçambique, *Mosambik Rundbrief*. Com a excepção duma única contribuição, a de Schöller, um economista alemão que leccionou na faculdade de economia na UEM, nenhuma outra se dignou colocar a possibilidade de a política da Frelimo poder ter êxito. Todos, beneficiando do *fait accompli* do fracasso da Frelimo, martelaram o mesmo ponto da condenação *post ipso facto* do projecto frelimista. A Frelimo cometeu erros, erros graves, mas a análise desses erros, pelo menos do ponto de vista científico, não devia partir do princípio de que, à partida, não havia nenhuma chance de sucesso. Daí a minha impressão da miséria da crítica intelectual da experiência moçambicana.

(23) Walther, R. SCHLACHTHAUS, *op. cit.*, p. 14.

normando, aquitano, provençal, bretão, burgundo, etc. : "... falavam da mesma maneira várias línguas, à excepção exclusiva do francês. A França, para o povo comum (*menu peuple*), até ao século dezoito adentro, aparecia como um produto tão incompreensível e artificial como a própria língua da elite, o francês" <sup>(24)</sup>.

Assim sendo, a opção linguística da Frelimo, nomeadamente a proclamação da língua portuguesa como língua de unidade nacional, não merece o lugar que ocupa no esquema analítico de Cahen. Antes de entrar a fundo na questão, todavia, gostaria apenas de salientar o facto de a proclamação ter constituído fundamentalmente uma opção pragmática. Em Moçambique, a escolha da língua portuguesa como língua de unidade nacional nunca foi um tema controverso, o que não quer dizer que as pessoas não se tenham preocupado com a preservação das línguas nacionais.

Não creio que Cahen esteja a sugerir seriamente que se tivessem adoptado todas as línguas moçambicanas, ou uma única, para desempenharem o papel que o português tem vindo a desempenhar. Não existe em Moçambique uma única língua capaz de rivalizar com o português no facilitamento da comunicação oficial, administrativa, educacional e mesmo na transmissão de conceitos novos que a ciência não se cansa de inventar <sup>(25)</sup>. O italiano Antonio Sorella contende até que o italiano falado popularmente, como idioma capaz de exprimir toda a gama do que uma língua no século vinte precisa fora do ambiente doméstico e da comunicação cara a cara, só agora é que está a ser desenvolvido, em função das necessidades de programação nacional da televisão <sup>(26)</sup>.

O historiador britânico Eric Hobsbawm refere, por outro lado, que o facto de uma língua nacional se basear no idioma duma minoria não importa, desde que essa minoria tenha peso político <sup>(27)</sup>. Assim, a língua francesa ocupou uma posição fulcral na definição da França, apesar de que em 1789, por exemplo, 50 % de franceses não a falavam e só 12 % - 13 % a falavam correctamente <sup>(28)</sup>.

Moçambique é um conceito moderno, e é sob essa óptica que o projecto nacionalista deve ser visto. O mundo deve à revolução francesa os três princípios de igualdade, fraternidade, e liberdade que, hoje, continuam a ser os ideais que legitimam a acção governativa. Estou em crer que os mesmos princípios podem muito bem fundamentar qualquer modelo analítico que procure entender o fracasso do projecto da Frelimo. Insistir sobre as forças centrífugas, isto é as etnias e as estruturas que lhes são afins <sup>(29)</sup>, constitui um erro de perspectiva analítica e é até certo ponto arrogante.

<sup>(24)</sup> *Ibid.*

<sup>(25)</sup> O que não quer dizer que as línguas moçambicanas não sejam passíveis de desenvolvimento nesse sentido. Um outro ponto relacionado, muitas vezes descuidado, é de que uma percentagem significativa dos falantes de vernáculos nacionais não sabe nem ler nem escrever nessas línguas. E não só, o vocabulário disponível não é suficientemente vasto, servindo-se os falantes de vocábulos portugueses para se fazerem entender. Mesmo entre gente que não fala português.

<sup>(26)</sup> Citado in E. HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 10.

<sup>(27)</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>(28)</sup> *Ibid.* Os dados para a Itália são ainda mais interessantes: por alturas da unificação italiana, estima-se que apenas 2,5 % da população utilizasse o italiano como língua de comunicação quotidiana. O resto falava idiomas, muitas vezes mutualmente incompreensíveis (*ibid.*, pp. 37-38).

<sup>(29)</sup> Cahen afirma que a negação das estruturas tradicionais pela Frelimo é que as politicizou: "C'est [...] la négation par le FRELIMO qui refit de la chefferie un enjeu politique", *op. cit.*, p. 223. O problema da generalização de que sofre o trabalho de Cahen esta evidente nesta

Erro de perspectiva analítica porque o tribalismo, independentemente da sua conjuntura actual, pertence ao passado, tarde ou cedo sucumbirá à marcha imparável da modernidade<sup>(30)</sup>. Burundi e Ruanda, ou até mesmo Moçambique, não provam a inadequação da modernização, mas sim as dificuldades da sua implementação. Compete aos intelectuais bater o caminho da modernização, ajudando as pessoas a discernirem as condições dentro das quais as suas necessidades básicas terão melhores possibilidades de êxito.

Arrogante porque, em última análise, *Michel Cahen reserva para si o poder de determinar a moçambicanidade, quem é ou não moçambicano*. Esta é, efectivamente, a conclusão a que leva a leitura do seu trabalho. Se ele põe em causa a legitimidade da luta pela auto-determinação, negando o direito desta se definir de forma nacionalista, põe não só a independência de Moçambique em causa, como também, implicitamente, se arroga o direito de impôr as condições em que os moçambicanos justificariam a sua nacionalidade.

---

afirmação. A Frelimo politizou toda a vida em Moçambique. A bem ou à mal, com os seus esforços de modernização a Frelimo problematizou as relações sociais até à cristalização de conflitos identitários, isto é, a nossa própria definição de nós mesmos. Quem, afinal, somos nós? Penso que a Frelimo está de parabéns por ter forçado esta introspecção que incluiu necessariamente a posição das estruturas tradicionais. Sobre o assunto, as opiniões continuam divididas em Moçambique. E não só entre os intelectuais. Um dos trabalhos mais importantes e recentes sobre a posição das estruturas tradicionais na imaginação popular é a obra de Christian GEFFRAY, *La cause des armes au Mozambique. Anthropologie d'une guerre civile*, Paris, Karthala, 1990. Embora o autor tenha demonstrado que considerações dessa ordem desempenharam um papel importante na percepção popular do conflito, não ficou provado que, dados a escolher, os moçambicanos fossem preferir ser regidos por régulos. Geffray admite no seu livro que mesmo aqueles que se juntaram à Renamo (Resistência nacional de Moçambique) fizeram-no na esperança de encontrar uma espécie de aparelho estatal. Precisamente porque a Renamo não estava em condições de lhes proporcionar esta segurança, nem interessada, diga-se de passagem, procuraram o caminho de regresso para o aparelho estatal da Frelimo. Menciono o trabalho de Geffray com as mesmas objecções teóricas levantadas por Bridget O'LAUGHLIN, *Estudos Moçambicanos*, Maputo, 10, 1992, pp. 107-142, salvo algumas reservas que não vem agora a propósito.

(30) O problema da modernização atrai-me sobremaneira. No meu trabalho de doutoramento, em curso na Universidade de Bayreuth na Alemanha, e com o título provisório *Afrikanistik, Identität, Antimoderne – Versuch einer Kultursoziologie der Bedeutung der Moderne in Afrika* ("Estudos africanos, identidade e antimodernidade – Esboço duma sociologia cultural do significado da modernidade em África"), através duma análise do debate intelectual africano sobre a modernidade, procuro compreender as condições de incorporação de África na modernidade. A minha tese principal é de que a modernização é um processo universal, sem direitos de autor, e que libertada dos historicismos com os quais se apresenta aos olhos africanos, constitui a única alternativa viável para o continente. Analisar a nossa percepção da modernidade constitui, quanto a mim, um dos maiores desafios intelectuais para os africanos.

## CONCLUSÃO

Longe de mim defender os excessos da Frelimo <sup>(31)</sup>. A atitude de Cahen de interrogar criticamente é saudável, mesmo se em alguns aspectos me parece infundada. Não existe qualquer fundamento teórico para a sua interrogação sobre a existência da nação moçambicana. O colonialismo, as clivagens sociais que este criou, o quadro internacional dentro do qual Moçambique existe como Estado-nação <sup>(32)</sup> legitimam de forma suficiente a proclamação da nação. *A nação moçambicana existe, como plebiscito diário, como comunidade imaginada, como projecto moderno.*

Abril de 1995

**Elísio S. MACAMO**

Universidade de Bayreuth, Pegnitz

---

<sup>(31)</sup> Como atrás referido, a Frelimo cometeu muitos erros. A independência, todavia, não foi um deles. Mesmo a distância no tempo não pode reduzir a admiração por estes homens e mulheres que, desafiando um sistema poderoso, arriscando tudo, e nalguns casos abandonando uma vida de conforto, sacrificaram-se por um ideal de justiça. Michel Cahen não concordará de certo com esta apreciação. Até certo ponto, uma das implicações do seu trabalho é de que a independência moçambicana é ilegítima, o que do ponto de vista restrito da sua análise é coerente. Mas esta restrição de perspectiva deixa de fora vários outros factores cruciais a uma compreensão mais equilibrada das atribulações do Moçambique independente. Deixando de lado as aberrações ideológicas da Frelimo, não é de admirar um conceito de nacionalidade baseado na territorialidade, na comunidade de destino, e não na raça, nem na etnia? A interrogação impõe-se de forma premente quando se toma em consideração o debate europeu sobre nacionalidade, orquestrado pela Frente nacional de Le Pen e outros da sua índole. Serão os moçambicanos mais esclarecidos que os europeus?

<sup>(32)</sup> No fundo, toda a discussão sobre o nacionalismo é supérflua. Até certa medida, o nacionalismo praticado pelos africanos não é mais do que uma embalagem da auto-determinação wilsoniana. É a legitimação da luta dos africanos pela emancipação, mesmo se esta continua ainda como sonho por realizar. Trata-se, aqui e mais uma vez, da natureza paradoxal da modernidade em África, do emprisonamento e da promessa de libertação, em suma, da necessidade de os africanos confrontarem a modernidade.